



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
12.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- ✓ [CAMINHOS PARA A CIDADE INTELIGENTE – O Popular](#)
- ✓ [A VÍTIMA É A DEMOCRACIA – O Popular](#)
- ✓ [E DAÍ? NÃO TÔ NEM AÍ! – O Popular](#)
- ✓ [POLARIZAÇÃO DÁ TOM DA DISPUTA PAULISTANA – Folha de São Paulo](#)
- ✓ [MUITO TIRO E POUCO TINO – Folha de São Paulo](#)
- ✓ [PT NÃO DESVENDOU O 'ALGORITMO EVANGÉLICO' – Folha de São Paulo](#)
- ✓ [MÉDICOS, MAS COM QUALIDADE – Folha de São Paulo](#)
- ✓ [CID FALA DE NOVO SOBRE TRAMA GOLPISTA EM DEPOIMENTO DE 9 HORAS À POLÍCIA FEDERAL – Folha de São Paulo](#)
- ✓ [HÁ POUCA DIVERSIDADE IDEOLÓGICA NAS UNIVERSIDADES E NAS REDAÇÕES – Folha de São Paulo](#)
- ✓ [O JURISTA E O ADVOGADO – O Hoje](#)
- ✓ [OAB QUESTIONA DE LEI DO MARANHÃO QUE CONCENTRA ATIVIDADES DE EXECUÇÃO PENAL NA CAPITAL DO ESTADO – O Hoje](#)
- ✓ [META DE LULA CONTRA FOME PODE SER OBTIDA – Correio Braziliense](#)
- ✓ [ALEMANHA DOA R\\$ 136 MI PARA DESCARBONIZAÇÃO NO BRASIL – Correio Braziliense](#)
- ✓ [PELO DIREITO DE CONCLUIR A EDUCAÇÃO BÁSICA – Correio Braziliense](#)
- ✓ [AVANÇOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA PASSAM PELA TAXAÇÃO DE GRANDES FORTUNAS, DIZ MINISTRA – Valor Econômico](#)
- ✓ [COTISTAS OBTÊM BLOQUEIO DE MILHÕES DE FUNDO DE INVESTIMENTO NA JUSTIÇA – Valor Econômico](#)
- ✓ [STF É FAVORÁVEL A CONTRATAÇÃO DE DIRETOR COMO “PJ” – Valor Econômico](#)
- ✓ [REGRAS PARA A CRIPTOECONOMIA NO BRASIL – Valor Econômico](#)
- ✓ [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 12.03.2024 – PÁG. 3

Caminhos para a Cidade Inteligente

Paola Regina Antonacio Monteiro

No Brasil, a ideia de cidades inteligentes está ganhando cada vez mais relevância, como evidenciado pela Carta Brasileira para Cidades Inteligentes. Este documento delinea o conceito de cidades inteligentes como aquelas comprometidas com o desenvolvimento urbano sustentável e a transformação digital, considerando aspectos econômicos, ambientais e socioculturais. O objetivo é promover o letramento digital, adotar práticas de governança colaborativa e utilizar tecnologias para resolver desafios, criar oportunidades e melhorar a qualidade de vida.



No entanto, a implementação dessa visão enfrenta desafios significativos, especialmente em nível municipal. Embora órgãos federais e estaduais estejam engajados na promoção das cidades inteligentes, como o Ministério das Cidades e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento, a efetivação dessas políticas depende muito da atuação dos municípios.

Um exemplo concreto é o caso de Goiânia, onde o programa “Goiânia Cidade Inteligente” foi oficialmente lançado em agosto de 2021, prevendo investimentos substanciais de R\$ 2 bilhões entre 2022 e 2025. O Programa Goiânia em Nova Ação tem como propósito transformar o município em uma cidade inteligente, humana e igualitária, utilizando diversas ferramentas de tecnologia e inovação para promover maior eficiência na gestão pública.

Contudo, o município enfrenta demoras na execução e implementação do programa, longe do esperado. Aguarda-se que os investimentos previstos sejam utilizados de forma mais expressiva para as iniciativas planejadas até o momento. Entre as iniciativas em andamento, destacam-se a melhoria da eficiência na iluminação pública, instalação de pontos de Wi-Fi público e sistemas de videomonitoramento. Ainda assim, há propostas significativas a serem implementadas, evidenciando uma lacuna entre o planejamento e a execução política.

A possibilidade de parcerias público-privadas (PPPs) para impulsionar o desenvolvimento das cidades inteligentes, conforme descrito no programa, pode trazer desafios adicionais, como a delimitação de decisões. Embora as PPPs possam oferecer recursos e expertise técnica, também levantam questões sobre privatização dos serviços públicos e a falta de transparência nas decisões. É fundamental, portanto, que os esforços para construir cidades inteligentes sejam acompanhados de uma solidez política que inclua a participação ativa da sociedade civil e garanta transparência na condução das diretrizes. As políticas públicas devem ser transparentes e inclusivas, levando em consideração as necessidades e interesses de todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis.

Em última análise, a transformação digital rumo a cidades inteligentes no Brasil é um processo complexo que requer um compromisso de longo prazo e uma abordagem holística. É preciso superar desafios políticos, econômicos e sociais para construir cidades verdadeiramente inteligentes, sustentáveis e inclusivas para todos.

A vítima é a democracia

Samuel Balduino



Um termômetro da discrepância entre a igualdade de direitos garantida pela Constituição e a presença efetiva de mulheres nos cargos de poder é a baixa representatividade feminina na política do Brasil. A violência política de gênero é apontada como um dos principais motivos que afastam as mulheres da vida pública, como ressalta a ministra Cármen Lúcia, primeira mulher a presidir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e membro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Atos que buscam excluir, impedir ou restringir o acesso delas ao espaço político são recorrentes, impactando diretamente a democracia e a participação na política. Pouco incentivo de pessoas próximas e dos próprios partidos, a limitação dos investimentos em suas campanhas, a dupla jornada de trabalho e a dificuldade em estabelecer redes de contatos eficientes contribuem para a sub-representação feminina nos cargos eletivos, colocando o Brasil em uma posição desfavorável no cenário da América Latina.

As mulheres, na maioria dos casos e principalmente nas cidades do interior, não são chamadas para integrar as instâncias de decisão dos partidos políticos, que são predominantemente masculinas. Essa exclusão inicial faz com que as mulheres sejam deixadas de fora do processo de formação de chapas. Elas são chamadas apenas no final do prazo para o lançamento das candidaturas, em razão das cotas previstas em lei, em um ambiente político hostil com o qual não têm familiaridade.

É interessante observar que, embora haja um número expressivo de filiadas, essa representatividade não se reflete igualmente em candidaturas femininas. Apenas 18,2% do total de candidaturas eleitas são de mulheres, mesmo com 46,2% dos filiados aos partidos sendo do sexo feminino, segundo dados do TSE. Com uma visão mais abrangente da sociedade e uma disposição natural para o diálogo, as mulheres desempenham um papel fundamental na política. Promover a equidade de gênero nas esferas de poder é necessário para enriquecer os debates e aprimorar os projetos e políticas públicas.

Para reverter a atual realidade, é essencial que as mulheres sejam convidadas e instigadas a participar desde o início, permitindo que se familiarizem e se acostumem com o ambiente político. A criação de cotas para

participação feminina nos partidos é uma medida importante, porém não deve ser vista como a única solução.

É necessário que as mulheres sejam incentivadas e apoiadas desde o início de suas jornadas políticas, para que possam superar os obstáculos e contribuir de forma efetiva para a democracia e para uma representação mais justa e igualitária na política brasileira. A conscientização e o combate a violência política de gênero, que pode ocorrer durante campanhas eleitorais, no exercício de cargos públicos ou em debates políticos, são fundamentais para promover uma cultura política mais inclusiva e igualitária.

JORNAL – O POPULAR – 12.03.2024 – PÁG. 08

E daí? Não tô nem aí!

Eliane Cantanhêde

A próxima reunião ministerial será na segunda-feira, 18/3, e por mais que o presidente Lula e o governo venham a dizer que já estava na agenda havia tempos, a verdade é que a luz amarela acendeu no Planalto e no gabinete presidencial depois das três últimas pesquisas e de praticamente todas as colunas de opinião no fim de semana.

Lula ainda não tinha estudado as pesquisas até ontem, como deveria, mas a equipe do ministro Alexandre Padilha, da Articulação Política, vem passando um pente fino nos dados para identificar as áreas frágeis e os segmentos mais refratários para produzir relatório para Lula. Ele tem uma semana para tirar conclusões e se preparar para a reunião de 18/3.

O principal é fazer mea culpa, mas isso vale mais para o próprio presidente do que para seus ministros, ou para a maioria deles. A queda nas pesquisas e as críticas dos chamados formadores de opinião se devem muito mais às frases equivocadas, às posições antiquadas e às alianças internacionais sem sentido de Lula. Ok, a inflação dos alimentos pesa, mas não é determinante.

Nas últimas reuniões, Lula deu bronca nos ministros por anunciarem projetos sem combinar com a Casa Civil. Os alvos foram, por exemplo, Márcio França, Carlos Luppi e Luiz Marinho. E agora, quem vai puxar as orelhas de Lula? Fernando Haddad vai pedir para Lula parar de anunciar gastos? Nísia Trindade vai cobrar a cara, a voz e o peso de Lula com mais de 1,5 milhão de casos de dengue? Mauro Vieira vai reclamar das tentativas de liderar solução nas guerras contra a Ucrânia e Gaza e da comparação de Israel com Hitler e nazismo?

E quem vai resolver a crise entre o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, e protestar contra a redução da distribuição de dividendos da Petrobras, a tentativa de impor Guido Mantega na presidência da Vale e a ingerência política nas estatais? Foram fatores relevantes para o valor de mercado da Petrobras despencar R\$ 55 bilhões num único dia.



Entre tanto o que aprender e melhorar com as pesquisas, só falta agora Lula ignorar a realidade, dar de ombros e fazer ouvidos moucos para os recados da sociedade. Quando as mortes por Covid passaram de 5.000, Jair Bolsonaro reagiu: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”. Quando entidades de Direitos Humanos denunciaram na ONU as, agora, 40 mortes em ações policiais na Baixada Santista, o governador Tarcísio de Freitas foi na mesma linha: “Pode ir na ONU, na Liga da Justiça, no raio que o parta, que não tô nem aí”. E Lula, como reage às pesquisas e às críticas?

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 12.03.2024 – PÁG. A2

Polarização dá tom da disputa paulistana

Fenômeno político que acirra ânimos de adversários também os irmana ao bloquear terceira via

Hélio Schwartsman



A polarização é uma coisa esquisita. Ela acirra os ânimos e radicaliza as opiniões dos dois grupos em oposição, mas também os irmana. É bem isso o que está acontecendo na disputa eleitoral pela Prefeitura de São Paulo, como mostrou a pesquisa do Datafolha.

A corrida paulistana é uma das que serão "nacionalizadas", com Lula e Bolsonaro se envolvendo diretamente para apoiar seus respectivos candidatos, o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) e o atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB). Isso é sinônimo de jogo duro, potencialmente sangrento.

Mas interessa a ambos, pelo menos nas fases iniciais da campanha, assegurar que o adversário mantenha sua posição de força eleitoral. Enquanto as duas candidaturas se retroalimentarem, fica exíguo o espaço para o crescimento de uma terceira, que poderia romper a lógica de polarização.

da esquerda para a direita: Guilherme Boulos (PSOL) Ricardo Nunes (MDB) e Tabata Amaral (PSB)
Montagem com os pré-candidatos à Prefeitura de São Paulo Guilherme Boulos (PSOL), Ricardo Nunes (MDB) e Tabata Amaral (PSB) - Zanone Fraissat, Karime Xavier, e Greg Salibian/Folhapress

Boulos, que saíra à frente, retém 30% das preferências dos eleitores no principal cenário; Nunes, que deve estar sorrindo de orelha a orelha, cresceu e bateu nos 29% (e ainda aparece com uma rejeição menor que a do adversário); já a deputada federal Tabata Amaral (PSB), que busca cacifar-se como terceira via, não está conseguindo ganhar tração, ficando com 8% ou 9%.

Se esse quadro se mantiver, como é provável, e Boulos e Nunes se enfrentarem num segundo turno, terão de fazer inflexões mais profundas. Os eleitores mais ideológicos não terão muita alternativa que não votar contra o grupo que abominam, de modo que os dois postulantes passarão a disputar ativamente os votos dos

mais moderados. Aí, Lula e Bolsonaro podem deixar de ser bônus para converter-se em ônus. Bolsonaro, por definição, tende a assustar pessoas razoáveis; já Lula, que na prática abandonou a ideia de frente ampla que ajudou a elegê-lo, vem perdendo popularidade de acordo com várias pesquisas.

Essas ambivalências da polarização são uma das razões por que é tão difícil superá-la.

Muito tiro e pouco tino

É tarefa dos pares conter o ímpeto provocador dos presidentes de comissões

Dora Kramer

A presença na presidência das comissões de Constituição e Justiça e de Educação de dois deputados afeiçoados a pautas retrógradas e atuações estranhas aos temas dos colegiados indica despreço do partido de ambos, o PL, para com o bom andamento dos trabalhos da Câmara.



Isso é uma coisa. Outra é o ambiente de alarme estridente que se formou em torno do assunto. Soa um tanto artificial diante de uma realidade inescapável: o PL tem a maior bancada do colegiado e, com isso, conquistou o direito a mais indicações. Cinco dentre as 19 já formadas das 30 comissões permanentes. Se os indicados são radicais ou moderados, cabe ao partido escolher o rumo a seguir. Bolsonaroistas ferozes, incompetentes, irresponsáveis, sejam quais forem suas qualificações e/ou desqualificações, são tão deputados quanto quaisquer outros.

Chegaram lá pelo voto. O que fazem com esse capital é responsabilidade de cada um. Depende, sobretudo, da relação de custo-benefício das legendas aos quais são filiados. O presumido vexame, se confirmado, será prejuízo coletivo. Conta aí o discernimento das direções partidárias na contenção de danos. A agremiação contestada é aliada do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), cujo pragmatismo não se coaduna com propósitos de transformar comissões em palcos de lacrações reacionárias-circenses.

Os presidentes dos grupos encarregados de examinar matérias antes do envio (ou não) ao plenário e de convocar autoridades têm poder, mas é limitado. Precisam administrar posições de até 66 integrantes entre titulares e suplentes de variadas correntes ideológicas.

O embate se dá ali. O governo, ainda mais se minoritário, não consegue influir nas indicações e, portanto, não é dele a responsabilidade pelas escolhas de Caroline de Toni (Comissão de Constituição e Justiça) e Nikolas Ferreira (Educação). É do partido, e do conjunto da Casa, Lira incluído, a tarefa de conter provocações e zelar pelo decoro.

PT não desvendou o 'algoritmo evangélico'

Não foi a fala de Lula sobre o Holocausto que fez a popularidade do presidente cair entre esses religiosos

Juliano Spyer



Não devemos medir a vitalidade do bolsonarismo pelo que aconteceu na avenida Paulista no mês passado, mas por sua capacidade de influenciar o que evangélicos debatem. E, nos últimos meses, uma mensagem é repetida à exaustão em grupos de WhatsApp e em redes sociais: a de que o governo do PT é alinhado com o identitarismo de esquerda e, portanto, é contra os valores da família cristã. Diz se importar com evangélicos, mas, na prática, apoia ideias progressistas.

É impreciso, então, afirmar que a queda da popularidade de Lula entre evangélicos resulta dos ataques que ele fez a Israel. A sua desaprovação

aumenta porque a oposição influencia eficientemente algoritmos em redes sociais. Dessa forma, evangélicos recebem informações críticas ao governo, mas não ficam sabendo das realizações positivas.

Uma bolha informacional se forma na medida em que pessoas com interesses parecidos compartilham entre si os mesmos conteúdos. O algoritmo detecta essa recorrência e "aprende" aquilo que aquele grupo aprova e quer receber. A bolha evangélica se consolida como um espaço anti-PT porque dezenas de publicações circulam todos os dias "ensinando" o algoritmo a destacar publicações que associam PT e Lula a aborto, legalização da maconha e outros temas morais.

Por exemplo, na semana passada, uma interlocutora assembleiana, ex-eleitora de Lula, me mostrou um vídeo em que o deputado Gustavo Gayer, do PL, comenta trechos da programação da Conferência Nacional de Educação, realizada em janeiro. Um representante LGBT diz num debate: "Temos que levar os nossos próprios conteúdos para a sala de aula e dizer: 'A gente está formando militante, mesmo!'". Gayer pausa a fala e diz: "Ele acaba de admitir que vão formar militantes LGBT".

A interlocutora assembleiana comenta as referências que o vídeo apresenta a publicações escolares que debatem homossexualidade. "Por que Lula permite que essas cartilhas sejam feitas?", questiona. "Se ele não toma providência com o ministro da Educação, é porque concorda."

A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann, mostrou em entrevista recente à TV Brasil o que não fazer em relação a esse tema. Ela reduziu o problema da comunicação entre governo e evangélicos à atuação de pastores "mentirosos" que "vão para o inferno" porque se aproveitam da "boa-fé" (falta de instrução) dos fiéis. É quase uma peça antipetista pronta.

O desafio dos governistas é superar o preconceito que os impede de enxergar a complexidade do campo evangélico e, paralelamente, treinar sua liderança para gerar conteúdo que subverta o algoritmo e chegue a evangélicos conservadores. Não é trivial.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 12.03.2024 – PÁG. A3

Médicos, mas com qualidade

Com ensino falho, mais faculdades não resolverão déficit de profissionais

Raul Cutait / Carlos Del Nero

O mundo está mudando numa velocidade assustadora, graças aos incríveis avanços tecnológicos que interferem, cada vez mais, na nossa maneira de viver. A assistência à saúde é uma das atividades mais impactadas, tanto pela complexidade crescente dos conhecimentos quanto pela busca de diagnósticos e tratamentos mais precisos.

Qualquer que seja o futuro, o médico será sempre uma figura-chave nas atenções de saúde e, portanto, precisa ser preparado para tal desde o curso de graduação. À educação tradicional mesclam-se novas metodologias de aprendizagem, tais como autoaprendizado, simulações, aulas online, telemedicina, podcasts e um transformador caminho, o da inteligência artificial. Contudo, além da formação técnica, o médico requer a indispensável formação humanística e ética, que deve nortear sua prática, baseada em relações empáticas de confiança e competência com seus pacientes. Para isso, é imprescindível o contato próximo entre alunos e docentes preparados, que não raro funcionam como mentores, bem como a exposição a distintas experiências clínicas, das mais simples às mais complexas.



Lamentavelmente, tanto a formação técnica quanto a humanística estão sendo amplamente prejudicadas pela política que facilita a abertura das novas faculdades de medicina pelo Brasil afora. A premissa é a falta de médicos em muitas cidades do país, quase todas de menor porte. Assim, a abertura das novas faculdades seria a melhor maneira de fixar profissionais nas regiões onde estudaram para corrigir o grave problema da má distribuição regional dos médicos. Contudo, isso não está ocorrendo da forma imaginada, à semelhança do que acontece até mesmo em países do primeiro mundo, como França, Canadá e Estados Unidos, que têm seus chamados desertos médicos, ou seja, regiões sem profissionais estabelecidos.

Quanto à má distribuição dos médicos no Brasil, apenas para exemplificar: temos atualmente 2,7 deles por mil habitantes, índice igual ao dos Estados Unidos, mas variando de 1,7 no Maranhão a 6,1 em Brasília.

Sem dúvida, é legítima a proposta de facilitar o acesso da população às atenções médicas, mas é extremamente preocupante quando ao acesso não se acopla a indispensável formação com qualidade dos médicos. Isso é algo quase utópico se considerarmos as quase 400 faculdades de medicina já existentes, capazes de formar mais de 50 mil médicos por ano, às quais poderão se juntar cerca de 450 novas instituições, atualmente com solicitações sob liminares e aguardando pronunciamento do Supremo Tribunal Federal.

A atual estrutura do ensino médico no Brasil é deficiente, pois peca em dois quesitos básicos: a patente falta de professores qualificados para formar tantos novos profissionais e a real limitação de ambulatórios e hospitais para treinamento. Nesse sentido, é uma grande falácia acreditar que o SUS, estruturado essencialmente para o atendimento, possa ser transformado em amplo ambiente de ensino às custas de uma lei, sem nenhum investimento planejado, medido e avaliado para tal.

Infelizmente, o descontrole já está instalado. Portanto, só nos resta esperar que se coíba a abertura desenfreada de mais escolas médicas e, principalmente, que sejam criados critérios nacionais rigorosos para regular o funcionamento de todas elas, antigas e novas.

Esses critérios devem valorizar a capacitação do aluno e permitir a avaliação e a acreditação das escolas médicas e dos seus respectivos campos de treinamento. Somente assim será possível achar o ponto de equilíbrio entre o número e o perfil de médicos que o país precisa, mas sem renunciar à fundamental formação com qualidade. Pelo bem de nossa população.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 12.03.2024 – PÁG. A7

Cid fala de novo sobre trama golpista em depoimento de 9 horas à Polícia Federal

Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro foi chamado a esclarecer pontos da investigação deixados de fora anteriormente

Julia Chaib / César Feitoza



O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), prestou novo depoimento à Polícia Federal nesta segunda-feira (11) em meio à expectativa de esclarecer pontos da investigação sobre uma trama para impedir a posse do presidente Lula (PT). Ele chegou à PF para depor pouco antes das 15h e saiu por volta das 0h15 desta terça-feira (12), totalizando cerca de 9 horas de permanência na sede da corporação.

Investigadores esperavam que Cid tratasse de elementos encontrados ao longo da apuração que o militar deixou de fora da delação premiada que firmou



CLIPPING

DATA
12.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
10 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

em setembro do ano passado. Integrantes da PF dizem que o tenente-coronel não citou em oitivas anteriores uma reunião ministerial promovida por Bolsonaro em julho de 2022, na qual o ex-presidente insuflou seus ministros a questionar o sistema eleitoral.

A Polícia Federal também buscava mais informações sobre uma tratativa entre Cid e o major das Forças Especiais do Exército Rafael Martins de Oliveira sobre o pagamento de R\$ 100 mil que, na visão da PF, seria usado para custear despesas de manifestantes em Brasília. O pedido pelos recursos foi encontrado no celular de Mauro Cid por delegados que conduzem a investigação. A conversa ocorreu em 14 de novembro de 2022, portanto depois das eleições.

Nos primeiros depoimentos sobre os planos golpistas, porém, o militar não citou o repasse do dinheiro. Para a PF, o diálogo mostra que militares da ativa e integrantes do antigo governo "estavam dando suporte material e financeiro para que as manifestações antidemocráticas permanecessem mobilizadas, visando garantir uma falsa sensação de apoio popular à tentativa de golpe".

Cid alegou a pessoas próximas que não citou a reunião ministerial nos depoimentos anteriores porque não via relevância no encontro. Na visão do militar, segundo interlocutores, o encontro não tratava sobre golpe. O tenente-coronel alega que era uma reunião com todos os ministros, gravada, e que ocorreu em julho, três meses antes das eleições.

Cid também avisou a aliados que responderia a todos os questionamentos dos investigadores para não perder os benefícios da delação, apesar de ter demonstrado insatisfação com o que classifica como "narrativas" criadas pela PF. Este é o quarto depoimento de Mauro Cid no âmbito da delação premiada que ele firmou com a PF. Ele foi intimado após o ex-comandante do Exército Freire Gomes prestar esclarecimentos por mais de sete horas para os investigados, no início de março.

A delação foi acertada enquanto a PF avançava sobre suspeitas de Cid e seu pai, o general Mauro Lourena Cid, terem vendido joias recebidas por Bolsonaro como presentes de Estado para o ex-presidente ficar com o dinheiro. Quando fechou a delação, Mauro Cid também se dizia disposto a colaborar com a investigação da PF sobre a fraude no cartão de vacinação que o militar teria feito para permitir que familiares e Bolsonaro pudessem viajar aos Estados Unidos mesmo sem terem sido imunizados contra a Covid-19. As investigações, porém, avançaram em outro sentido. O foco passou a ser as discussões que Bolsonaro e aliados teriam feito para tentar evitar a posse de Lula, sob os argumentos de que a Justiça favoreceu o petista no processo eleitoral e da desconfiança criada em torno do funcionamento das urnas eletrônicas.

Em um dos depoimentos, Cid disse que Bolsonaro havia convocado os comandantes das Forças Armadas para apresentar um documento com uma série de considerandos —um compilado de momentos em que, na visão de Bolsonaro, a Justiça teria interferido ilegalmente em seu governo. O documento teria sido apresentado pelo assessor para assuntos internacionais da Presidência, Filipe Martins, e pelo advogado Amauri Feres Saad. Segundo fontes com conhecimento do assunto, a minuta continha somente as consideradas interferências do Judiciário e não possuía medidas a serem tomadas em reação.

Segundo a delação de Cid, após a apresentação da minuta aos comandantes, Bolsonaro pediu para permanecerem na sala só ele e os chefes militares para discutir ações diante do cenário. O general Freire

Gomes e o ex-comandante da Aeronáutica, brigadeiro Baptista Junior, foram contrários aos planos golpistas apresentados pelo ex-presidente.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 12.03.2024 – PÁG. A9

Há pouca diversidade ideológica nas universidades e nas redações

A geração do conhecimento se beneficia de diferentes perspectivas

Joel Pinheiro da Fonseca

A revista The Economist publicou uma série de reportagens sobre as universidades de elite americanas. Dentre as muitas mazelas e desafios que enfrentam, uma delas é a homogeneidade ideológica, que produz uma cultura interna autocensora.

Em Harvard, por exemplo, apenas 3% dos professores se denominam conservadores, enquanto 75% se classificam como "liberals" (no sentido americano, o termo "liberal" é mais ou menos o equivalente do nosso "progressista"). Harvard é um caso extremo, mas o ensino superior como um todo vem ficando cada vez mais homogeneamente de esquerda —com moderados e conservadores em queda.



Vou fazer a suposição pouco arriscada de que o mesmo vale para os cursos de humanas das universidades brasileiras, em especial as públicas. O pensamento de esquerda historicamente impera e vem aumentando sua hegemonia. Tanto lá como cá temos visto as universidades se tornarem palco de intolerância, fazendo com que eventos tenham que ser cancelados devido a protestos ideológicos; no ano passado, por exemplo, a Unicamp teve que cancelar uma feira de universidades israelenses.

Não é preciso grandes conspirações para explicar esse domínio crescente. Na falta de um esforço consciente em sentido contrário, a tendência é que o campo dominante procure indivíduos parecidos consigo para compor os novos quadros da instituição. Além disso, a ascensão de uma direita populista, que faz do ataque à universidade parte central de sua bandeira, tende a gerar nela a reação contrária, cerrando fileiras com a esquerda.

Outra instituição central na produção de conhecimento para o debate público —e igualmente na mira de populistas— é o jornalismo. Nele também vigora um claro predomínio ideológico. Segundo o relatório do "Perfil do Jornalista Brasileiro" mais recente (2021), feito pela UFSC, 80,7% dos jornalistas brasileiros se consideram de esquerda, centro-esquerda ou extrema esquerda. Direita, centro-direita e extrema direita somam 4%.

Isso é um grande problema. Primeiro, para a relação das instituições com a sociedade. Direitistas são parte relevante da sociedade. Ao não se verem representados nas instituições de geração de conhecimento, facilmente aderem ao discurso populista de que elas são parte do problema e passam a militar por sua destruição.

O segundo motivo é intrínseco à operação delas: a geração do conhecimento se beneficia de diferentes perspectivas. O argumento pela diversidade dentro das instituições —em geral usado para raça e gênero— vale também para a ideologia. Por mais que se esforcem, há limites para o quanto homens brancos são capazes de contemplar pontos de vista de mulheres e negros. Um olhar diferente pode levar a novas perguntas, a questionar antigas premissas, a defender diferentes posições.

Por mais que cada um de nós tente ser —e treine para ser— objetivo e imparcial, ninguém o é perfeitamente. Temos vieses dados por nossa classe, raça, gênero e, também, posição ideológica ou religiosa. Como todo mundo pode errar, o conhecimento se dá por construção; e essa construção depende do embate de perspectivas opostas para ser sempre testada. É buscando provar que está certo perante seus pares que o indivíduo é levado a buscar novas informações. Poucos mudam de lado, mas todos saem com mais conhecimento do que entraram.

Sendo assim, não importa se quem tem a razão é a direita ou a esquerda; no confronto regrado dentro de instituições, elas cooperam para gerar conhecimento. Universidades e redações mais plurais são lugares não só mais tolerantes como também mais capazes de cumprir seu papel social.

JORNAL – O HOJE – 12.03.2024 – PÁG. 03

O jurista e o advogado

Ives Gandra da Silva Martins



Ao ministrar palestra para a primeira turma do curso de Direito da Faculdade Bela Vista, um dos temas que abordei foi a diferença entre o jurista e o advogado, que gostaria de compartilhar também com os leitores. Muitas vezes os senhores ouvem a mídia referir-se aos juristas e aos advogados como sinônimos, mas vale ressaltar, desde logo, que são funções diferentes. O jurista nasce com o Direito Romano. Eram os jurisconsultos que tinham autoridade e conhecimento para interpretar a lei. Por conta disso, escreviam livros e códigos, auxiliando os imperadores.

O jurista é, portanto, um profundo conhecedor do Direito e, quando emite uma opinião, o faz na condição de intérprete imparcial do direito. O jurista é aquele que interpreta o Direito e, quando se convence de uma tese, vai apresentar todo o seu conhecimento para explicar qual é a correta interpretação. Logo, o jurista é alguém que tem a função de dizer o direito com imparcialidade, mesmo que o parecer seja para alguém que está necessitando de uma determinada interpretação.

Sendo assim, nós, pareceristas, negamos, repetidas vezes, a possibilidade de redigir um parecer por não estarmos convencidos das teses apresentadas. Fizemos uma análise, outro dia no escritório, e verificamos que dos mil e poucos pareceres que eu dei na vida, devo ter negado, pelo menos mil, por não estar convencido da tese exposta. Já o advogado tem a obrigação fundamental de defender o seu cliente e, para isso, tem que ser honesto e ético. Aliás, esse é um conselho que dou: nos primeiros tempos do exercício da advocacia, pode haver até alguma perda em relação àqueles profissionais menos éticos, mas com o tempo, eles serão conhecidos por não serem éticos, enquanto que os que o são também serão reconhecidos e, pelo seu próprio conhecimento, serão gradativamente mais valorizados.

Eu sempre disse para os meus alunos – atuei no magistério desde 1964 e fui professor universitário durante 60 anos -, como aqueles que crescem na vida podem não ter crescido tão rapidamente quanto os desonestos no início, mas, com o tempo, os desonestos são ultrapassados com uma velocidade extraordinária. Ocorre que aqueles que atuam por convicção são sempre mais confiáveis, pois só aceitam as questões de que estão convencidos que podem defender. Mesmo diante de questões mais complicadas, o advogado, tem a obrigação de dedicar-se ao máximo para vencer, não desonestamente, mas utilizando -se de todas as virtualidades da lei para que isso possa ocorrer.

Essa é a grande diferença: o advogado não tem responsabilidade de elaborar doutrina, o jurista sim. O advogado tem obrigação de buscar na lei a vitória do seu cliente, ou minimizar, no caso do direito penal, a pena dele. É por essa razão que o advogado está no tripé que forma o Poder Judiciário: Ministério Público, Magistratura e a Advocacia, que, a meu ver, é a minha vocação.

JORNAL – O HOJE – 12.03.2024 – PÁG. 10

OAB questiona de lei do Maranhão que concentra atividades de execução penal na capital do estado

Manoel L. Bezerra Rocha

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) questiona no Supremo Tribunal Federal (STF) lei do Maranhão que concentra a execução penal dos regimes fechado e semiaberto na capital do estado, São Luís.

Segundo a OAB, a lei institui varas especializadas de execução penal apenas na capital, ou seja, a quilômetros de distância de muitos municípios maranhenses que levam muitas horas para serem percorridos. Como exemplo, aponta que a distância entre o fórum da capital e algumas penitenciárias estaduais pode chegar a 423 km, como é o caso da Penitenciária Regional de Timon.



Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7607, distribuída ao ministro Nunes Marques, a OAB apresenta dados sobre as condições geográficas, sociais e econômicas do estado e de seus mais de seis

milhões de habitantes, distribuídos em seus 217 municípios, sendo que alguns deles ficam a mais de mil quilômetros da capital.

Acesso à Justiça

Para a OAB, a lei dificulta o acesso do cidadão à Justiça, pois ele terá que dispor de tempo e recursos financeiros suficientes para se deslocar à capital, sempre que for necessário. Argumenta, ainda, que a medida, além de ser desproporcional, tendo em vista as dimensões do Estado do Maranhão, não é razoável, pois estabelece apenas uma vara de execuções penais e habeas corpus na capital, para atender toda a população e as 47 unidades prisionais maranhenses.

Por fim, a OAB reitera a urgência da situação, sob alegação de que o estado, em nome da economia e da auto-organização, não pode negar ao cidadão o acesso à justiça, ao devido processo legal e ao direito de petição. A entidade pede a suspensão e posterior invalidação de parte da Lei Complementar 261/2023, que altera o Código de Divisão e Organização Judiciárias do estado do Maranhão.

Polícia Penal

Foi sancionada a Lei Estadual nº 22.452 que altera as Leis Estaduais nº 14.237, de 8 de julho de 2002, nº 17.090, de 2 de julho de 2010, e nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023, e substitui as denominações Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP) e diretor-geral de Administração Penitenciária, respectivamente, por Diretoria-Geral de Polícia Penal (DGPP) e diretor-geral de Polícia Penal. A lei prevê que o ingresso no cargo de policial penal se dará mediante concurso público com a destinação de até 20% das vagas para o sexo feminino e de, no mínimo, 80% para o sexo masculino.

Prisão de adolescente



O Projeto de Lei 5992/23 aumenta de 45 para 90 dias o prazo máximo previsto para a internação, antes da sentença judicial, de adolescentes apreendidos em flagrante por ato infracional. Em análise na Câmara dos Deputados, o texto também proíbe a pronta liberação do adolescente sem a realização de audiência de custódia.

De acordo com o projeto, em caso de flagrante delito, a autoridade policial deverá encaminhar o adolescente para audiência de custódia a ser realizada por

um juiz de direito em até 24 horas.

Partido político questiona no STF dispositivos da Lei de Alienação Parental

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) questiona no Supremo Tribunal Federal (STF) trechos da Lei de Alienação Parental por considerar que são frequentemente utilizados por homens para encobrir abusos e violências



domésticas, especialmente contra a mulher.

Segundo a Lei 12.318/2010, alienação parental é a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham sua guarda para que repudie o pai ou a mãe ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com um deles. Um dos trechos contestados pela sigla (artigo 2º, parágrafo único, inciso VI) prevê que é exemplo de alienação parental apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente.

Juiz de Anápolis reconhece impenhorabilidade de pequena propriedade rural

O juiz Rodrigo de Castro Ferreira, da 1ª Vara Cível de Anápolis (GO), reconheceu a impenhorabilidade de uma pequena propriedade rural em ação de execução. Conforme a decisão, a Constituição Federal em seu artigo 5º define que a pequena propriedade rural — aquela com até quatro módulos fiscais — é impenhorável desde que a terra seja trabalhada pela família. O agricultor executado afirmou que a propriedade é explorada com finalidade produtiva e complementa a renda familiar.

Falta do que fazer

A Câmara de Goiânia aprovou requerimento de Moção de Repúdio em resposta a declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A decisão foi motivada pelas “comparações inadequadas feitas por Lula, que associou o conflito em Gaza a eventos ocorridos durante o nazismo

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 12.03.2024 – PÁG. POLÍTICA

Meta de Lula contra fome pode ser obtida

Presidente promete acabar com o flagelo até 2026. Apesar das barreiras, especialistas enumeram meios e condições para isso

Mayara Souto



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu, na semana passada, acabar com a fome até o final de seu mandato, em 2026. Atualmente, cerca de 33 milhões de brasileiros estão em situação de insegurança alimentar grave, segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Pessan) — representa 15% da população, é quase o dobro de 20 anos atrás, quando era 9,5%. O Correio conversou com especialistas para tentar confirmar se é possível que a promessa do presidente seja cumprida no prazo que estipulou.

Para Sandra Chaves, professora de Nutrição da



CLIPPING

DATA

12.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

16 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Universidade Federal da Bahia (UFBA) e coordenadora da Pessan, a meta é “ousada”, mas não é impossível. “Temos gente para trabalhar, solo, água para produzir alimentos. A gente não depende de tantos fatores externos. Há potencial, mas os desafios são imensos. É uma meta que pode ser alcançada”, afirma.

A pesquisadora salienta que, se observada a história recente do Brasil, após o lançamento do programa Fome Zero, em 2003, “consequimos reduzir a proporção de população faminta em torno de 10 pontos percentuais entre 2009 e 2013”. “Reduzimos bem naquela época, com o Fome Zero, com Bolsa Família. Começou com 9,5% de população em insegurança alimentar grave e chegou-se a 4,2%. Por isso, o Brasil saiu do Mapa da Fome, da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), em 2013 e 2014”, lembrou.

O Mapa da Fome considera um país “livre” da fome quando o percentual da população nessa condição é abaixo de 5%, por quatro anos consecutivos. O resultado é divulgado anualmente em julho, mas, em 2024, o Brasil ainda deve consta da relação divulgada pela FAO. “Os dados de 2021 e 2022 não mudam mais. Fechamos 2023 com queda, reduzindo o número de pessoas passando fome. Não são mais 33 milhões. Acho que tem chance de ter reduzido e chegado perto de 20 milhões de pessoas que foram protegidas contra a miséria”, explicou o ministro Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome), em 13 de janeiro, ao Podcast do Correio.

Ele destaca que o reajuste no valor do Bolsa Família, para R\$ 686,10, e as novas regras para as famílias monoparentais com crianças e bebês ajudam 13 milhões de pessoas. Por conta disso, crê que o cronograma pretendido por Lula seja factível.

Conjunto de fatores

Maitê Gauto, gerente de Programas, Incidência e Campanhas da Oxfam Brasil, concorda com a percepção do ministro de que as ações de governo alicerçam a meta estabelecida pelo presidente. “Uma coisa que sempre é importante lembrar é de que o Brasil, depois de todo o movimento de saída do Mapa, em 2014, virou referência internacional de políticas de combate à fome”, salienta.

Para ela, a pretensão de erradicar a fome no Brasil até 2026 “retoma aprendizados”. E ela enumera fatores que facilitam atingir tal objetivo. “Há a articulação entre programas de aquisição de alimentos, do programa de alimentação escolar, investimento na agricultura familiar, a reconstituição da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a possibilidade de voltar a fazer estoques públicos de alimentos. Tudo isso vai dando indícios de que a gente está no caminho certo”, observa Maitê.

Dados da Rede Pessan mostram que as formas mais severas de insegurança alimentar (moderada ou grave) atingem, majoritariamente, as populações das regiões Norte (45,2%) e Nordeste (38,4%). Maitê salienta, ainda, que tornar o combate à fome um dos assuntos defendidos pelo Brasil junto à comunidade internacional traz reflexos para dentro do país. “A discussão, no âmbito do G20, da Aliança Global de Combate à Fome e a Pobreza, tende a ser uma cooperação relevante entre países, tanto de troca de experiências no Sul Global, quanto de conseguir captar investimentos dos países mais ricos”, frisa.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –12.03.2024– PÁG. ECONOMIA

Alemanha doa R\$ 136 mi para descarbonização no Brasil

Raphael Pati

A Alemanha oficializou, ontem, a doação de R\$ 136 milhões (25 milhões de euros) para projeto de descarbonização no país. A iniciativa visa, principalmente, aos segmentos siderúrgico e cimenteiro, e intensifica a agenda verde entre as duas nações. A doação é mais um desdobramento de um acordo firmado entre Brasil e Alemanha, para a transformação ecológica, assinado no dia 4 de dezembro. A cooperação também faz parte da Iniciativa Internacional do Clima (IKI, na sigla em alemão) que deverá apoiar as prioridades do Brasil sobre o Acordo de Paris.



Para o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, a confirmação da parceria é uma “excelente notícia” para os esforços do atual governo na pauta de descarbonização e transição energética. O ministro citou alguns outros exemplos, como o programa Mover, o combustível do futuro e as ações previstas na Nova Indústria Brasil.

Já o secretário de Economia Verde do MDIC e ex-governador do DF, Rodrigo Rollemberg, ressaltou que o lançamento é um compromisso construído na COP28, quando se reuniu com representantes do governo alemão. “Na semana passada, confirmou-se o compromisso entre os dois países em relação ao combate às mudanças climáticas. A chamada representa um instrumento concreto para o apoio à descarbonização dos principais setores emissores industriais do Brasil”, disse Rollemberg.

Segundo o governo alemão, empresas do mundo inteiro podem apresentar projetos, por meio do site da IKI. Os finalistas serão selecionados pelos dois países e anunciados no fim do ano. Os projetos devem apoiar a transformação sistêmica dos setores industriais selecionados para a descarbonização. Além disso, devem estar em linha com as prioridades e metas climáticas da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, os termos de uso dos recursos foram propostos em conjunto pela pasta, por meio da Secretaria de Economia Verde (SEV), e o Ministério Federal para Assuntos Econômicos e Proteção Climática.

Não é somente no Brasil que o governo alemão tem concentrado esforços para reduzir as emissões de carbono na indústria. A IKI, lançada em 2022, já financiou 950 projetos climáticos e de biodiversidade em 150 países. Na avaliação do consultor de sustentabilidade da BMJ Consultores Associados, Felipe Ramaldes, a Alemanha, assim como boa parte dos países da União Europeia, tem uma visão clara dos riscos associados à questão climática. Por conta disso, esses países entendem que não conseguirão superar esse desafio se agirem apenas em seus territórios, como avalia o especialista.

“Principalmente se não cooperarem com os países com mais limitações econômicas, sociais e institucionais para cumprirem sua parte no plano global. A Alemanha enxerga a crise climática como questão política integrante da estratégia de segurança e, por isso, capitaneia diversas iniciativas globais, a partir de estratégia de sustentabilidade construída há 20 anos”, explica Ramaldes.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 12.03.2024 – PÁG. OPINIÃO

Pelo direito de concluir a educação básica

Carla Chamarelli / Rosalina Soares



Em 2022, no Brasil, mais de 9 milhões de jovens de 15 a 29 anos estavam fora da escola, sem completar a educação básica. Os principais motivos que levaram esses jovens a se afastarem incluíram a necessidade de trabalhar, o desinteresse e as necessidades de cuidar de filhos e de outros parentes, além da gravidez, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São mais de 9 milhões de cidadãos e cidadãs que enfrentam inúmeros desafios de empregabilidade e ficam sujeitos, muitas vezes, a postos de trabalho precários e a menos oportunidades de ascensão profissional. É um desafio nacional viabilizar as condições necessárias para reintegrá-los à educação,

assegurando o direito constitucional ao ensino básico. E esse deveria ser um compromisso de toda a sociedade.

A violação do direito à educação e a baixa escolaridade agravam o ciclo de pobreza e desigualdades do país. Negar esse direito a essa parcela da população não só impacta as camadas mais vulnerabilizadas da sociedade, mas também amplia as desigualdades sociais já existentes. Não conseguiremos construir uma nação justa e economicamente forte enquanto dois em cada 10 jovens chegarem à vida adulta sem concluir ao menos o ensino médio.

Retornar à escola e concluir os estudos é não apenas uma necessidade urgente para o país, mas também um desejo compartilhado pelos próprios jovens. A pesquisa Juventudes fora da escola, realizada em parceria entre o Itaú Educação e Trabalho e a Fundação Roberto Marinho, entrevistou mais de 1,6 mil jovens que não finalizaram a educação básica. Uma das inovações da pesquisa foi o envolvimento de cinco jovens pesquisadores, que estavam na mesma situação de não frequentar escola e não ter concluído o ensino médio. Esses jovens contribuíram com todas as etapas do estudo e são co-autores da iniciativa. A pesquisa é fruto de colaboração técnica com o Instituto Datafolha, a Conhecimento Social Estratégia e Gestão e a Rede Conhecimento Social. Do total de jovens ouvidos, 73% afirmaram ter a intenção de voltar a estudar e concluir a educação básica.



CLIPPING

DATA
12.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
19 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

A necessidade de trabalhar foi um dos pontos mais latentes sinalizados pelos jovens entrevistados, sendo a principal razão para terem interrompido os estudos. Ao mesmo tempo, o desejo de melhorar as condições de trabalho é a principal motivação para voltar à escola. Na percepção de 92% deles, concluir a educação básica ajudaria a ter melhores oportunidades de trabalho. Entre aqueles que gostariam de terminar o ensino médio, 37% desejam voltar aos estudos para conseguir um emprego melhor, e 15%, para tentar obter um trabalho. A pesquisa lança luz sobre a nossa realidade: os jovens precisam trabalhar. E não há uma solução única para um problema que tem muitas faces. Os jovens precisam de uma série de políticas públicas e iniciativas intersetoriais que ofereçam possibilidades conforme a realidade de cada um, permitindo, principalmente, que possam estudar e ter um trabalho digno.

Esse é um anseio dessas juventudes. A pesquisa mostrou que, entre os jovens que pretendem concluir o ensino médio, 77% têm intenção de cursar o ensino técnico. Essa é uma importante sinalização do que precisamos oferecer para eles: formação geral qualificada e preparo para o mundo do trabalho. É urgente atuarmos pela democratização da Educação Profissional e Tecnológica qualificada para que mais jovens possam estudar e obter formação profissional ainda na escola. Um caminho para isso é a partir da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, que deve ser construída em dois anos e pode garantir diretrizes para termos uma expansão qualificada dessa modalidade de ensino.

Essa é apenas uma das respostas que podemos dar aos jovens. Temos, ainda, a necessidade de melhorar a atual Política de Aprendizagem, que traz a possibilidade de o jovem estudar e participar de uma atividade profissional no mundo do trabalho. E não só. Levar o jovem de volta para a sala de aula passa, ainda, por uma combinação de políticas que garantam perspectivas para seus projetos de vida, auxílio de renda, suporte para aqueles que são mães e pais, flexibilidade de horários, diversidade de modelos para que possam concluir os estudos, acolhimento e orientação. É a partir da colaboração de diversos atores que teremos mais chances de não violar mais esses direitos constitucionais de educação e trabalho dignos.

Um país que busca desenvolvimento não pode permitir que suas juventudes estejam fora da escola. Somente com educação para todas e todos é que poderemos romper com o ciclo de pobreza e desigualdades. Devemos nos unir por isso.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 12.03.2024 – PÁG. A6

Avanços em ciência e tecnologia passam pela taxaço de grandes fortunas, diz ministra

Durante o Science G20 (S20), a ministra Luciana Santos disse que “não é possível avançar nos grandes investimentos em ciência e tecnologia” sem a agenda macroeconômica

Victoria Netto

A ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos, afirmou nesta segunda-feira (11) que a taxaço de grandes fortunas também pode servir como um vetor de investimentos em ciência e tecnologia no plano nacional e global. A declaração ocorreu durante o Science G20 (S20), que ocorre nesta segunda (11) e na terça (12) no Rio.



O S20 é o núcleo de engajamento do G20 — grupo que reúne as 19 maiores economias do mundo, além da União Europeia (UE) e União Africana — para a área de ciência e tecnologia, envolvendo as Academias de Ciências dos países membros. Os debates ocorrem anualmente, coordenados pela Academia de Ciências do país que preside o G20. Neste ano, as discussões versarão em torno de cinco eixos: bioeconomia, desafios da saúde, inteligência artificial (IA), justiça social e processo de transição energética.

No evento, Santos disse que “não é possível avançar nos grandes investimentos em ciência e tecnologia” sem a agenda macroeconômica. “Qualquer perspectiva de um salto no enfrentamento à desigualdade requer um grande investimento, e eu concordo com a pauta do ministro da Economia de que a agenda das grandes fortunas é necessária para o debate de distribuição de renda no mundo e não é diferente no Brasil”, afirmou. No final de fevereiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, propôs que os países de todo o mundo se unissem para taxar as grandes fortunas, em sua fala de abertura da 1ª Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais da Trilha de Finanças do G20.

Neste ano, sob a presidência do Brasil, a agenda do G20 passa por três eixos principais: combate ao aquecimento global e promoção do desenvolvimento sustentável; inclusão social e combate à fome e à pobreza; e reforma das instituições globais.

Cooperação

De acordo com a ministra Luciana Santos, o acordo entre Mercosul e União Europeia segue como uma pauta prioritária na presidência do Brasil no G20 neste ano. Ela citou a cooperação internacional para a redução de desigualdades entre países de economias desenvolvidas, no hemisfério norte, e os países em desenvolvimento, no Sul Global.

“Estamos determinados a fazer o acordo do Mercosul, que tem décadas e não sai do papel. Nós tivemos uma boa conversa com o primeiro-ministro da Espanha [Pedro Sánchez], que esteve aqui na semana passada, e ele também está de acordo. Achamos que, resguardado o interesse da compra pública e do conteúdo local, é



CLIPPING

DATA
12.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
21 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

possível fazer esses acordos de transferência tecnológica. Interessa à Europa e interessa aos países do Mercosul, desde que o pressuposto seja, de fato, o de ajuda mútua”, disse.

A ministra elencou, como exemplos, a flexibilização de patentes, que é um tema “muito caro” para o Brasil. “Sem esse vetor, os processos de diferentes assimetrias regionais são muito nocivos, inclusive aos próprios países considerados desenvolvidos”, afirmou. De acordo com ela, o Brasil pretende colocar no centro da presidência do G20 a questão das assimetrias globais no acesso, desenvolvimento e produção de ciência e tecnologia.

Na fala de abertura, a ministra disse que o Brasil trabalha em parceria com a Unesco, pautando o uso de inteligência artificial (IA) para governos e empresas, para melhorar de forma concreta a vida de diferentes grupos, principalmente os marginalizados. Também estão em cima da mesa a representatividade de contextos locais, raciais e geográficos. Ainda de acordo com Santos, a comunidade acadêmica científica vai “fazer a sua parte” para colaborar na formulação de políticas públicas e regulamentações globais em temas que geram conflitos de interesse econômico, como IA e a transição energética.

“Esses interesses precisam ser matizados a partir de uma vontade política dos países, seja dos que têm uma condição de maior acúmulo em algumas áreas de conhecimento, seja dos que procuram desafios comuns para poder enfrentar essa desigualdade. Vamos precisar do plano do governo e político para fazer valer acordos econômicos que possam perpassar o interesse da superação do atraso tecnológico”, disse a jornalista.

Liderança brasileira

Um dos dez programas do Fundo Nacional de Ciências e Tecnologia é o combate à fome, afirmou a ministra do MCTI, em relação a uma das prioridades do G20 sob a presidência brasileira. A iniciativa está sendo desenvolvida com o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar do Brasil, Paulo Teixeira, e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES).

Há ainda um foco do país em bioeconomia para o desenvolvimento sustentável. “É muito difícil ter um país que tem a dimensão da diversidade dos biomas que nós temos, é incomparável essa potencialidade, então nós precisamos colocar essa vocação natural a serviço também do desenvolvimento e da inclusão”, afirmou. Liderança brasileira Um dos dez programas do Fundo Nacional de Ciências e Tecnologia é o combate à fome, afirmou a ministra do MCTI, em relação a uma das prioridades do G20 sob a presidência brasileira. A iniciativa está sendo desenvolvida com o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar do Brasil, Paulo Teixeira, e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES).

O Brasil espera poder partilhar, na costura multilateral de combate à fome no mundo, a expertise adquirida com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criada em 1973 para desenvolver a base tecnológica de um modelo de agricultura e pecuária tropical. “A nossa Embrapa já tem experiências na África e na América Latina e nós queremos que ela retome esse papel de protagonista tão importante”, disse. “Ela faz parte do nosso sistema de excelência reconhecido internacionalmente, com tecnologias sociais que historicamente o Brasil foi e continua sendo exportador”, afirmou a ministra.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 12.03.2024 – PÁG. E1

Cotistas obtêm bloqueio de milhões de fundo de investimento na Justiça

Após perderem capital injetado em produto de renda fixa por suposta má gestão, investidores tentam reaver dinheiro no Judiciário

Marcela Villar

Cotistas do fundo de investimento Infinity, atual Vanquish, têm conseguido na Justiça bloquear e reaver o investimento após perder 85% do capital injetado por má gestão do fundo, segundo documentos do processo e condenação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no fim do ano passado. Ao todo, considerando mais de 20 decisões judiciais, os bloqueios superam R\$ 10 milhões.

Tem chamado a atenção de especialistas que, na maioria das decisões judiciais sobre este caso, além da determinação de bloqueio contra o fundo, há ainda a responsabilização solidária da administradora, da corretora e até do banco que oferecia o produto para a carteira do cliente, com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Além disso, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem jurisprudência para aplicar o CDC nesses casos de investidores contra instituições financeiras, por meio da Súmula nº 297. O fundo Infinity era de renda fixa,



tinha liquidez diária e era categorizado como de perfil conservador, o que indica baixo risco para operadores do mercado, com promessa de retorno muito acima do CDI. Em 7 de fevereiro de 2023, fechou para resgate e não permitiu saques mesmo de quem solicitou reaver o investimento antes desta data. Após uma mudança no regulamento, permitiu resgate após 75 dias, mas não devolveu os valores aos cotistas.

A Infinity Asset, gestora dos fundos Infinity, e seu diretor responsável foram condenados pela CVM com multa de mais de R\$ 6 milhões, no total, no fim do ano passado, por “não agir com lealdade em relação aos interesses dos cotistas”. O diretor, de acordo com a CVM, está impedido de atuar na administração de companhias abertas por 60 meses, assim como a Infinity de prestar serviço de administração de carteira de valores mobiliários por igual período.

No fim de 2022, o Infinity também perdeu o selo da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), espécie de chancela emitida pela agência que atesta a governança dos fundos, que contam com regras específicas. Depois disso, uma enxurrada de processos foi movida pelos investidores na Justiça.

Em mais de 20 decisões judiciais - sentenças e liminares de 1º ou 2º grau, espalhadas nas Justiças de São Paulo, Distrito Federal e Goiás - magistrados têm firmado entendimento a favor dos investidores. Eles têm



CLIPPING

DATA

12.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

23 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

aplicado o CDC ao identificar uma “cadeia de consumo” em que todos são corresponsáveis pelas perdas dos cotistas.

Só o advogado Walter Cunha, sócio do escritório Walter Cunha Advogados, atua em mais de 18 ações judiciais contra o fundo e outros responsáveis. Ele já conseguiu cinco sentenças favoráveis. Ao todo, Cunha bloqueou cerca de R\$ 7 milhões em favor de clientes. Os valores das causas em que atua variam de R\$ 100 mil a R\$ 1,2 milhão. Porém, ainda há recurso das instituições financeiras e a liberação do montante depende de decisão definitiva. “Em assembleia observamos um número expressivo de cotistas pessoas físicas e muitos deles com pouco conhecimento em mercado de financeiro e de capitais, o que emerge indícios que várias foram vitimadas pela gestão temerária do fundo”, afirma ele.

Recentemente, o desembargador Fernando Braga Viggiano, da 3ª Câmara Cível Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), condenou o Banco Modal, do Grupo XP, o Modal Dtm Ltda e a Rji Corretora De Títulos e Valores Mobiliários a reaver os R\$ 2,4 milhões a investidores, caso o montante não seja integralmente encontrado na conta do fundo Vanquish Pipa. “As circunstâncias dos autos evidenciam, ao menos nesse momento inaugural, a probabilidade do direito e o perigo de dano grave ou de difícil reparação, de modo a ser recomendável a medida liminar pleiteada, para que se garanta os direitos dos agravantes até a discussão meritória exaustiva” (processo nº: 5089655-73.2024.8.09.0051).

A advogada Juliana Maria Raffo, coordenadora da área cível e de contratos do Briganti Advogados, que atuou neste processo, defende que a relação é de consumo. “Quando tem pessoas físicas de um lado e, do outro, instituições financeiras, se aplica o Código de Defesa do Consumidor”. Na cadeia de consumo, diz, a RJI deve responder por não administrar adequadamente os recursos e não fiscalizar a gestora dos Fundos Infinity. Já a Infinity Asset por má gestão desses fundos.

O Banco Modal, por sua vez, onde os clientes dela têm conta e foi quem sugeriu o investimento no Infinity, deve responder pelo prejuízo por ter ofertado o produto, segundo a advogada. “Como participante do mercado financeiro, o banco deveria ter alertado o cliente que o fundo era problemático, que tinha problemas com o órgão regulador”, afirma. Ela acrescenta que os investidores buscam reaver só o montante aplicado e não o que teriam de retorno.

Para o advogado Carlos Alberto Vasconcelos, do escritório Trouw Fraga Advogados, que representa um grupo de 15 cotistas em vários Estados, um investimento frustrado por si só gera indenização. Porém, neste caso, diz ele, havia uma cadeia de instituições que deveriam ter observado regras de compliance. “Já se sabia ou já se deveria saber as práticas da gestora do fundo e que já havia a perda do selo da Anbima”.

O advogado lembra que, mesmo as pessoas tendo injetado milhões no produto, a regulação da CVM considera investidor profissional quem faz aportes acima de R\$ 10 milhões. “Não tinham farto conhecimento do mercado e acreditaram que o fundo teria baixíssimo risco”, diz. Ele defende a aplicação do CDC. Já para o advogado Romeu Amaral, sócio do Allaw Advogados, o gestor do fundo de investimento e o administrador são prestadores de serviço do fundo e não dos cotistas. “Não há compra e venda de um bem ou serviço, há aquisição de uma cota de um fundo de investimento. É uma transação regulada pelo Código Civil”, afirma.

Em nota, a RJI, atual administradora do fundo, disse que as operações mencionadas ocorreram “muito antes de a RJI assumir a administração dos fundos” e que “não foi informada pela gestora [Infinity] ou pelo antigo administrador [Planner] que havia um questionamento da CVM quanto à regularidade daquelas operações”. Ainda segundo ela, alguns dos processos judiciais movidos por cotistas são irregulares, como disse a CVM, já que eventuais condenações “acabam sendo arcadas pelo patrimônio da coletividade de investidores”. Um incidente de resolução de demandas repetitivas no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) foi instaurado para uniformizar a jurisprudência a esse respeito.

A corretora Ativa diz que “é mera intermediária em operações e que não pode ser responsabilizada pelos atos praticados pelos gestores ou administradores dos fundos ora em causa”. “Lembramos que a RJI, administradora do fundo, divulgou recentemente fato relevante a informar que parte da desvalorização das cotas do fundo é atribuída às ações judiciais de cotistas”, conclui.

Já a Anbima disse que a penalidade aplicada à Vanquish está sob discussão judicial. Ela explicou ainda que não cabe à entidade impedir uma empresa de comercializar produtos. “Nosso papel é assegurar que o distribuidor cumpra as regras de suitability, de diligência na contratação de terceiros e de transparência. Perdas decorrentes de má atuação dos prestadores de serviços têm que ser apuradas para verificar a responsabilidade inerente de cada um”. Procurado pelo Valor, o Banco Modal, da XP, não quis comentar. O fundo Infinity e o Vanquish não retornaram até o fechamento da edição.

STF é favorável a contratação de diretor como “PJ”

Decisão do ministro Dias Toffoli determina ao TRT-15 considerar os precedentes do Supremo sobre o assunto

Beatriz Olivon

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) aponta a possibilidade de contratação de diretor financeiro como pessoa jurídica - a chamada “PJ”. Ao analisar a questão, o ministro Dias Toffoli determinou que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15), localizado em Campinas (SP), que já analisou o caso concreto, considere os precedentes do STF sobre o assunto.

A decisão monocrática (de um único ministro) é considerada, por especialistas, um importante precedente sobre a validade da contratação de profissionais qualificados como pessoa jurídica. O caso envolve duas empresas de um grupo esportivo e um antigo diretor financeiro (CFO), que havia sido contratado como pessoa jurídica. No processo, ele alega que a relação disfarçava vínculo empregatício.

O pedido era para reconhecer o vínculo, no período de setembro de 2016 a março de 2018. O diretor alegou que teria sido “imposta” a ele a abertura de uma empresa (pessoa jurídica) e a emissão de notas fiscais





CLIPPING

DATA

12.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

25 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

para receber a remuneração mensal inicial de R\$ 25 mil, com uma ajuda de custo de R\$ 2,5 mil, além de reembolso de despesas com combustíveis e bonificação anual de três salários.

O argumento foi aceito pelo TRT-15. O tribunal ainda determinou, em favor do diretor, o pagamento de diferenças salariais e a inclusão, na condenação, do pagamento de bônus, além de direitos reflexos. As empresas recorreram. Alegaram que a decisão contraria o precedente do STF que autorizou a terceirização da atividade fim (RE 958.252).

Argumentaram ainda que a decisão invalidou ajustes feitos que resultaram em benefícios para ambos os contratantes. Apontaram também que o STF tem reconhecido que profissionais esclarecidos e hipersuficientes podem exercer sua autonomia negocial e adotar formas de divisão de trabalho diferentes da relação subordinada, sem que isso configure fraude ou ilegalidade.

Segundo o advogado que representa as empresas no processo, Jorge Matsumoto, sócio do Bichara Advogados, o caso reflete a flexibilidade necessária nas relações de trabalho modernas e reafirma a importância da autonomia das partes na definição das relações contratuais.

Para Matsumoto, os precedentes da própria Corte citados na decisão de Toffoli, como o que autorizou a terceirização da atividade fim, “reforçam a ideia de que o direito do trabalho deve evoluir em consonância com as transformações do mercado de trabalho e as novas formas de organização produtiva”.

Para Toffoli, as empresas têm razão quanto à alegada violação dos julgados paradigmas, “uma vez que o TRT-15, desconfigurando a relação contratual autônoma entre pessoas jurídicas, reconheceu o vínculo de emprego”. Toffoli, então, devolveu o processo para o TRT-15 fazer uma nova análise, “à luz dos precedentes do STF de observância obrigatória e da decisão na presente reclamatória” (Reclamação nº 65.868). A decisão monocrática foi proferida na análise de uma Reclamação Constitucional, recurso que leva uma ação direto ao STF.

Segundo a advogada Aline Cunha Borges, da área trabalhista do escritório MFBD Advogados, a decisão não autorizou expressamente que o diretor financeiro fosse PJ. Mas cassou a decisão do TRT-15, determinando que reanalise as provas, conforme precedentes do STF. Já a advogada Líbia Alvarenga de Oliveira, sócia do Innocenti Advogados, destaca que precedentes do STF indicam a possibilidade de estipular contratações diversas das regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Também de acordo com ela, essa permissão é considerada válida desde que não haja vulnerabilidade na opção por contrato diverso que justifique a proteção estatal.

“Essa postura reflete a necessidade de adaptação às transformações nas formas de trabalho impulsionadas pelo dinamismo do mundo contemporâneo”, considera Líbia. A advogada lembra que ainda é possível recorrer no próprio STF da decisão. No processo não consta representação do tribunal ou do diretor.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 12.03.2024 – PÁG. E2

Regras para a criptoeconomia no Brasil

Um dos temas de maior preocupação do Banco Central e que abre a Consulta Pública nº 97/2023 é o da segregação patrimonial

Maurício Jayme e Silva e Luiz Matheus Tavares Pompeu



No dia 31 de janeiro, encerrou-se o prazo para manifestações à Consulta Pública nº 97/2023, aberta pelo Banco Central do Brasil para obter contribuições do mercado acerca da emissão, negociação e liquidação de operações envolvendo ativos virtuais. Ao total, foram apresentadas 240 manifestações de pessoas físicas e jurídicas, a demonstrar o interesse que o assunto desperta na sociedade brasileira.

Os interessados foram convidados a responder a 38 perguntas tratando de sete temas específicos: segregação patrimonial e gestão de riscos; atividades desenvolvidas e ativos virtuais negociados; contratação de serviços essenciais; regras de governança e conduta; segurança cibernética; prestação de informações e proteção dos clientes; e regras de transição. O Banco Central abriu ainda espaço para que os interessados apresentassem contribuições sobre outros temas não especificamente cobertos pela Consulta Pública.

Em decisão acertada, o Banco Central buscou debater temas sensíveis aos mercados de criptoativos antes de elaborar e apresentar à sociedade brasileira sua proposta de regulamentação. Com a devida cautela, o Banco Central deu assim início à tarefa de regular a criptoeconomia brasileira que lhe foi atribuída pelo Decreto nº 11.563/2023, nos termos da Lei nº 14.478/2022.

Ainda que a regulamentação da criptoeconomia brasileira seja imprescindível e impostergável, a cautela é justificada. Os dados da Receita Federal que indicam que o número de investidores em ativos virtuais no Brasil está a alcançar o número de investidores em renda variável cadastrados na B3 - única e centenária bolsa de valores do país - e que, nos últimos quatro anos, a quantidade de investidores operando ativos virtuais aumentou 22 vezes no país, demonstram tanto a pujança desse mercado e o apetite dos investidores brasileiros a criptoativos quanto a imperiosidade de uma regulação que promova o desenvolvimento da criptoeconomia nacional fundamentada nas diretrizes estabelecidas pelo artigo 4º da Lei nº 14.478/2022, equilibrando livre iniciativa e proteção dos investidores; livre concorrência e proteção da poupança popular; transparência, solidez e eficiência nas operações e prevenção à lavagem de dinheiro.

Por essa razão, um dos temas de maior preocupação do Banco Central e que abre a Consulta Pública nº 97/2023 é o da segregação patrimonial, entendida como a dissociação entre o patrimônio dos investidores e o patrimônio das prestadoras de serviços de ativos virtuais em que operam. Ainda que as manifestações apresentadas convirjam para a adoção do princípio da segregação patrimonial na regulação do mercado de



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

12.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

27 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

ativos virtuais - à semelhança do que ocorre em outros mercados regulados pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários -, a forma sugerida para que o Banco Central dê concretude a referido princípio foi objeto de dissenso entre os interessados; enquanto alguns defenderam a completa segregação patrimonial, outros ponderaram pela possibilidade de as prestadoras de serviços de ativos virtuais administrarem os ativos virtuais nelas custodiados para prover liquidez ao mercado.

Outro tema abordado pela consulta pública que despertou o interesse do mercado diz respeito aos ativos virtuais negociados, em especial os critérios que devem ser empregados pelas prestadoras de serviços de ativos virtuais para seleção dos ativos elegíveis à negociação em suas plataformas. Os participantes sugeriram que as prestadoras de serviços de ativos virtuais obtenham e divulguem informações sobre os ativos virtuais nelas negociados e seus emissores antes de disponibilizá-los à negociação. Dentre as informações sugeridas, encontram-se aquelas referentes a requisitos de segurança, capitalização de mercado (relevância econômica), identificação e qualificação dos desenvolvedores e emissores.

Contidos nos demais temas, a Consulta Pública nº 97/2023 colheu subsídios junto ao mercado sobre assuntos relacionados à custódia de ativos virtuais, identificação dos investidores, perfil de investimento e adequação de produtos e serviços, prevenção a práticas abusivas de mercado, supervisão de operações, fiscalização dos prestadores de serviços de ativos virtuais e responsabilização por infrações cometidas nos mercados de criptoativos.

Desde fevereiro, portanto, o Banco Central está em posse de rico e bruto material a respeito da formatação e funcionamento da criptoeconomia brasileira, que lhe foi fornecido pelos seus próprios agentes e interessados. Da autoridade responsável pela regulação do mercado brasileiro de ativos virtuais, espera-se talhar as contribuições recebidas com o formão dos preceitos constitucionais que orientam a atividade normativa e regulatória do Estado sobre a economia e das experiências internacionais, das quais são exemplos o MiCA - Markets in Crypto Assets Regulation, marco regulatório da matéria na União Europeia, aprovado pelo Parlamento Europeu em abril de 2023; o Global Regulatory Framework for Crypto-Assets Activities, publicado no mesmo ano pelo Financial Stability Board com recomendações endereçadas aos seus membros - Brasil, entre eles - para a adequada regulação dos mercados de criptoativos; e os estudos promovidos e publicados pelo Bank for International Settlements, em que são analisadas e comparadas as regulações de outros países acerca da matéria; resultando, enfim, em um arcabouço normativo juridicamente seguro, fruto da experiência nacional e inserido no contexto global da regulamentação de ativos virtuais.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 12 de Março - Dia do Bibliotecário

No dia do bibliotecário, trouxemos o histórico dessa profissão tão fundamental para a educação e pessoas que se destacaram ao longo dos anos. Confira!

Desde o início, a humanidade se preocupa em registrar todo o conhecimento produzido. Por isso, a figura do bibliotecário é tão importante para a preservação das bibliotecas e conservação dos documentos. As bibliotecas têm origem no segundo milênio a.C. Nesses ambientes, já constava a organização de documentos, como também a sua proteção, com tábuas de argilas cobertas.

Com o avanço da tecnologia, a profissão do bibliotecário ganhou novos espaços. Assim, cada vez mais os profissionais conquistam importantes cargos na carreira digital, com a gestão de bibliotecas digitais, por exemplo.



O Dia do Bibliotecário é comemorado no dia 12 de março. A data foi instituída pelo Decreto nº 84.631, de 12 de abril de 1980 com efeitos em todo o território nacional.

O bibliotecário é o profissional formado em biblioteconomia e que trabalha para o progresso cultural do país. Ele faz o gerenciamento das bibliotecas, o que compreende uma série de tarefas, dentre as quais a catalogação e indexação de obras, manutenção de sistemas informáticos, apenas para citar alguns.

Origem do Dia do Bibliotecário

A data é comemorada no dia 12 de março por essa ser o dia do nascimento de Manuel Bastos Tigre (1882 - 1957), que é considerado o primeiro bibliotecário concursado do Brasil. Depois de trabalhar durante muitos anos na Biblioteca Central da Universidade do Brasil, Bastos Tigre assumiu a direção da biblioteca, cujo cargo exerceu mesmo depois de aposentado.

Engenheiro, o nosso homenageado foi escritor, poeta, publicitário, além de bibliotecário, claro, entre outros. O tão conhecido slogan "Se é Bayer é bom" foi criado por ele.

A criação dos primeiros cursos da área de Biblioteconomia foram o da *École Nationale des Chartes*, na França, em 1821, e o da Columbia University, em 1887, nos Estados Unidos. Este último foi criado por Melvil Dewey, bibliotecário que se tornou um dos pensadores mais importantes da área, tendo participado da criação da *American Library Association*, um grupo que promove as bibliotecas e a educação literária; a publicação do primeiro periódico especializado, o *Library Journal*; e a criação da Classificação Decimal de Dewey (CDD), que é uma classificação documentária.

Em 1888, na *Clerkenwell Public Library*, o bibliotecário britânico James Duff Brown cria o único sistema de classificação da Inglaterra, o livre acesso às estantes. Já no Brasil, a história da Biblioteconomia se faz desde a criação das bibliotecas beneditinas, franciscanas e jesuítas, mas principalmente com a criação da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Porém, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), só considera que a área passou a existir no país em 1911, com a criação do primeiro curso de Biblioteconomia, também o primeiro da América Latina e o terceiro no mundo. O curso era baseado na *École Nationale des Chartes*. Mais adiante, o Colégio Mackenzie cria, em 1930, um curso inspirado na *Columbia University*.

Em São Paulo, o bibliotecário Rubens Borba de Moraes funda o Curso de Biblioteconomia em 1936. Posteriormente, ele é incorporado à Escola de Sociologia e Política e à Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos (atual UFSCar). Todos esses cursos possibilitaram a criação de diversas organizações que apoiam a Biblioteconomia como profissão e a inclusão do curso nas diversas IES atuais.

Contribuições de grandes bibliotecários para a Biblioteconomia

- O bibliotecário é um profissional de nível superior que tem uma visão ampla e objetiva e está habilitado a:
- organizar acervos (bibliográficos ou não);
- organizar bases de dados virtuais e intranets;
- executar o planejamento de serviços bibliotecários;
- documentar processos de certificação de qualidade;
- planejar o arquivo de bibliotecas e centros de documentação e informação;
- realizar serviços técnicos e administrativos ligados à documentação, avaliação, assessoria, consultoria, ensino, fiscalização técnica, normalização de documentos, análise de trabalhos técnicos e científicos;
- atuar no atendimento aos leitores, apoiando na busca pela informação, entre outras.